

Guia do Setor e Oleoduto

Agricultura



Módulo de
Agricultura

Guia do Setor e Oleoduto

Reforço e expansão do Observatório Regional Amazônico (ORA)
nas áreas das mudanças climáticas, florestas e biodiversidade.





Conteúdo

Introdução	05
Objetivo do guia	06
Introdução ao financiamento da luta contra as alterações climáticas	08
Conceptualização das alterações climáticas	09
Critérios de investimento e tipos de projetos no sector agrícola	11
Uso do Oleoduto	17
Resultados consolidados	
Etapas a seguir para a implementação do oleoduto	
Conclusões	26
Bibliografia	27
ANEXO 1. Instituições multilaterais de financiamento do clima	29

Glossário

GEI	Gases com efeito de estufa
COP	Conferência das Partes
COP21	Vigésima primeira conferência das partes
CAF	Corporação Andina de Fomento
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
NDC	Contribuições determinadas a nível nacional
AP	Acordo de Paris
PNA	Plano Nacional de Adaptação
ONU	Nações Unidas

Introdução

A agricultura é fundamental em muitos aspectos, desde o fornecimento de alimentos até ao seu impacto no ambiente e na economia global.

No entanto, nas últimas décadas, surgiu uma mudança de paradigma no sentido de uma agricultura mais sustentável, que reconhece a necessidade de produzir alimentos de uma forma que conserve os recursos naturais e minimize o impacto ambiental. Esta mudança é crucial para garantir a segurança alimentar a longo prazo e preservar os ecossistemas em que a agricultura se baseia.

A agricultura sustentável implica a adoção de práticas que mantenham a produtividade da terra ao longo do tempo sem danificar os recursos naturais, como o solo, a água e a biodiversidade. Isto pode implicar a utilização de técnicas como a rotação de culturas, a agricultura biológica, a utilização eficiente da água e a redução da utilização de produtos químicos sintéticos.



A segurança alimentar é outro aspeto crucial que realça a importância da agricultura. Este conceito vai além da simples disponibilidade de alimentos e refere-se à garantia de que todas as pessoas têm acesso físico, económico e social a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam as suas necessidades dietéticas e preferências culturais para uma vida ativa e saudável.

A região amazônica desempenha um papel crucial neste processo devido ao seu imenso valor em termos de biodiversidade e de serviços ecossistémicos. A Amazônia alberga uma grande variedade de espécies vegetais e animais, bem como uma quantidade significativa de água doce e de recursos naturais. Desempenha também um papel vital na regulação do clima global, absorvendo grandes quantidades de dióxido de carbono e libertando oxigênio para a atmosfera.

Em contraste com esses aspectos relevantes, o setor agrícola é o segundo maior emissor de GEE na Amazônia.

Objetivo do guia

Este guia tem como objetivo avaliar a ligação e o impacto de ideias de projetos ou projetos no que diz respeito aos critérios de avaliação utilizados por entidades ou agências que têm recursos disponíveis para financiar projetos climáticos.

O setor da agricultura tem uma relação direta com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com a segurança alimentar de uma população em crescimento, en-tre os quais se destacam:



Visam promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego e o tra-balho digno para todos.



Implica a alteração do sistema agroalimentar e a redução das emissões de GEE.



Tem por objetivo aumentar a disponibilidade de alimentos em todas as cadeias de abastecimento, minimizando os resíduos.



Visa gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e inverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade.

As práticas resilientes às mudanças climáticas e com baixas emissões no sector da agricultura e da segurança alimentar visam gerar estratégias viáveis para impactos de adaptação e atenuação em grande escala que resultem em mudanças de paradigma.

A Amazônia fornece recursos naturais vitais para a sustentabilidade e segurança alimentar das comunidades locais e da região amazônica, tais como alimentos, medicamentos e materiais de construção. O desmatamento ameaça a capacidade da região para manter estes recursos a longo prazo, afectando a segurança alimentar e o bem-estar das pessoas que deles dependem.

Pela importância e relevância da Amazônia para a agricultura sustentável, preservando este ecossistema único e garantindo a segurança alimentar a nível local e global. Isto implica promover práticas agrícolas que conservem a biodiversidade, protejam os solos e as fontes de água e reduzam as emissões de gases de efeito de estufa. Ao mesmo tempo, devem ser promovidas políticas que equilibrem o desenvolvimento económico com a conservação ambiental, envolvendo as comunidades locais, os governos e outras partes interessadas na gestão sustentável dos recursos naturais.



Introdução ao financiamento da luta contra as alterações climáticas

O financiamento da luta contra as mudanças climáticas refere-se ao apoio financeiro à luta contra as alterações climáticas.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as mudanças Climáticas (CQNUMC) define o financiamento climático como o apoio financeiro a medidas destinadas a evitar ou reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (“atenuação”) e a medidas de adaptação ao aquecimento global (“adaptação”). Refere-se principalmente aos fundos que os países industrializados disponibilizam aos países em desenvolvimento.

Num sentido mais lato, o termo inclui também todos os fluxos financeiros para a ação climática, quer se trate de investimentos privados ou de fundos públicos, independentemente da origem e do local de utilização dos fundos. Recentemente, o termo foi também alargado de modo a incluir meios financeiros para fazer face ou compensar danos e perdas inevitáveis resultantes das mudanças climáticas. Nesta seção, o financiamento da luta contra as alterações climáticas engloba os três pilares de ação do Acordo de Paris: atenuação, adaptação e perdas e danos.

O financiamento da luta contra as mudanças climáticas destina-se a ajudar a alcançar os objetivos do Acordo de Paris, incluindo o objetivo de limitar o aquecimento global a menos de 2°C ou, de preferência, a não mais de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Procura também reafectar fundos para um desenvolvimento com baixas emissões de carbono e resistente às alterações climáticas.

Em geral, este tipo de financiamento é canalizado através dos actuais canais de cooperação bilateral para o desenvolvimento. Além disso, existem vários fundos multilaterais para o clima, como o Green Climate Fund e o Fundo Mundial para o Ambiente, que são financiados principalmente por contribuições dos países industrializados.

Os bancos multilaterais de desenvolvimento também financiam programas climáticos nos países em desenvolvimento. Há também uma série de iniciativas, instituições e fundos destinados a atrair o investimento privado em países com recursos limitados.

Conceptualização das alterações climáticas

Ao responder às perguntas: o que são as mudanças climáticas; o que são a mitigação e a adaptação; o que é o financiamento climático; o que é o Acordo de Paris; o que é a ação climática; e quem são os financiadores do clima, compreenderemos a importância e a relevância do tema para as populações vulneráveis que habitam a Amazônia e para o planeta que todos habitamos.

- **Mudanças climáticas:** De acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC), as mudanças climáticas referem-se a uma mudança no clima que é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que se acrescenta à variabilidade climática natural observada durante períodos de tempo comparáveis (UNFCCC, 1992). O IPCC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas) define as alterações climáticas como qualquer alteração do clima ao longo do tempo, quer devido à variabilidade natural, quer como resultado da atividade humana (IPCC, 2021).
- **Mitigação:** A CQNUMC define a mitigação como a aplicação de políticas e ações destinadas a reduzir as emissões de fontes ou a aumentar os sumidouros de gases e compostos com efeito de estufa. Este processo inclui tanto a redução das emissões como o aumento da remoção destes gases (UNFCCC, 1992). De acordo com o IPCC, a mitigação das mudanças climáticas refere-se a intervenções humanas para reduzir as fontes ou aumentar os sumidouros de gases de efeito de estufa (IPCC, 2021).
- **Adaptação:** A adaptação, de acordo com a CQNUMC, envolve ajustamentos nos sistemas humanos ou naturais em resposta a estímulos climáticos projectados ou reais ou aos seus efeitos. Estas medidas podem moderar os danos ou aproveitar os benefícios das mudanças climáticas (UNFCCC, 1992). O IPCC define a adaptação como o processo de ajustamento ao clima atual ou previsto e aos seus efeitos. Nos sistemas humanos, a adaptação tem como objetivo moderar ou evitar danos ou explorar oportunidades benéficas. Nos sistemas naturais, a intervenção humana pode facilitar o ajustamento ao clima previsto e aos seus efeitos (IPCC, 2021).
- **Degradação e desertificação:** Nos termos da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD), a desertificação é definida como a degradação dos solos em zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultante de vários factores, incluindo variações climáticas e actividades humanas. A degradação inclui a perda de produtividade do solo devido à erosão, à salinização e à perda de cobertura vegetal (UNCCD, 1994).



- **Financiamento climático:**

De acordo com a CQNUMC, o financiamento climático refere-se a recursos financeiros que visam apoiar ações para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa, aumentar os sumidouros de carbono, reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência dos sistemas humanos e ecológicos aos impactos das alterações climáticas (UNFCCC, 2011). O IPCC descreve o financiamento climático como fundos que visam apoiar ações de atenuação e adaptação às mudanças climáticas (IPCC, 2021).

- **Acordo de Paris:**

O Acordo de Paris é um tratado internacional juridicamente vinculativo sobre as mudanças climáticas. Adotado por 196 Partes na COP21 em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e em vigor desde 4 de novembro de 2016, visa limitar o aquecimento global a menos de 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, de preferência 1,5 graus. Para atingir este objetivo, os países devem atingir o pico das emissões de gases de efeito de estufa o mais rapidamente possível, a fim de alcançar um planeta com impacto neutro no clima até meados do século (UNFCCC, 2015).

- **Ação climática:**

Qualquer política, medida ou programa destinado a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a aumentar a resiliência às mudanças climáticas ou a apoiar e financiar ações relacionadas com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Acordo de Paris, os Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e o Protocolo de Quioto e outras iniciativas conexas (UNFCCC, 2015).

- **Financiadores do clima:**

Entidades ou instituições financeiras que canalizam recursos financeiros para apoiar ações relacionadas com as mudanças climáticas. Inclui tanto investimentos privados como fundos públicos destinados à mitigação das emissões de gases de efeito de estufa, à adaptação aos impactos das mudanças climáticas e à compensação de perdas e danos associados a estes fenómenos. O financiamento climático engloba os três pilares de ação definidos no Acordo de Paris: mitigação, adaptação e perdas e danos (UNFCCC, 2015).



Critérios de investimento e tipos de projetos no sector agrícola

O principal desafio que o sector agrícola enfrenta é a segurança alimentar, o que implica aumentar a quantidade e a qualidade da produção alimentar, reduzindo simultaneamente a sua pegada ambiental no contexto das **mudanças climáticas** e da perda de biodiversidade.

A transformação para uma agricultura e sistemas alimentares resistentes às **mudanças climáticas** e com baixas emissões pode ser conseguida através de três áreas de investimento que alteram o paradigma:

- Promoção de um sistema agro-ecológico resiliente
- Facilitar a gestão dos riscos e os serviços de consultoria climática
- Reconfiguração dos sistemas alimentares.

É sabido que as **mudanças climáticas**, os conflitos e o aumento dos riscos naturais prejudicaram a produção alimentar, perturbaram as cadeias de abastecimento e afectaram o acesso a alimentos seguros, nutritivos e a preços acessíveis.

Os principais critérios de investimento utilizados são apresentados no Tabela 1.

Tabela 01. Principais critérios de investimento para o sector agrícola

Critérios de investimento	Objectivos visados pelo critério
Impacto de potência	Acções, actividades e projectos que atenuam (reduzem as emissões) e facilitam a adaptação às mudanças climáticas
Potencial de mudança de paradigma	Acções, actividades e projectos de desenvolvimento com baixas emissões e resilientes às mudanças climáticas . Inovadores e que utilizam novas práticas. Que têm um impacto nas políticas públicas.
Potencial de desenvolvimento sustentável	Acções, actividades e projectos que geram benefícios ambientais, económicos, sociais e de igualdade de género. Para além de serem sustentáveis a longo prazo.

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund

Tabela 01. Principais critérios de investimento para o sector agrícola

Critérios de investimento	Objectivos visados pelo critério
Necessidades dos beneficiários	As acções, actividades e projectos que criam oportunidades para as comunidades e grupos vulneráveis estão em consonância com as políticas nacionais CRC, programas nacionais, planos nacionais de adaptação, planos nacionais de adaptação
Implicación Nacional	Procura-se a participação de todos os intervenientes relevantes na ação, atividade ou projeto.
Eficiencia y Efectividad	Ser eficiente na utilização dos recursos.

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund

Os tipos de projectos esperados do sector agrícola devem ajudar a combater as mudanças climáticas, promover a resiliência e a adaptação com abordagens inovadoras, por exemplo:

- Agrofloresta:**
 A agrofloresta combina árvores ou arbustos com culturas agrícolas e/ou gado na mesma área. Esta prática pode aumentar a biodiversidade, conservar o solo e a água e aumentar a resiliência das explorações agrícolas, fornecendo serviços ecossistémicos adicionais e diversificando os rendimentos dos agricultores.
- Sistemas de irrigação eficientes:**
 A utilização eficiente da água é fundamental para a adaptação às mudanças climáticas na agricultura. Os sistemas de irrigação gota a gota, por exemplo, podem reduzir significativamente o consumo de água, fornecendo-a diretamente às raízes das plantas.
- Culturas resistentes ao clima:**
 Os investigadores estão a desenvolver variedades de culturas resistentes ao stress hídrico, ao stress térmico e a outros efeitos das mudanças climáticas. Estas culturas podem ser mais capazes de sobreviver e produzir rendimentos aceitáveis em condições climáticas extremas, ajudando a garantir a segurança alimentar em regiões vulneráveis.
- Agricultura inteligente em termos climáticos:**
 refere-se à utilização de tecnologias agrícolas avançadas, como sensores, drones e sistemas de informação geográfica (GIS), para monitorizar e gerir os recursos agrícolas de forma mais eficiente.
- Recuperação:**
 A reparação de ações passadas que danificaram os ambientes através da recuperação de terras degradadas oferece um potencial de atenuação significativo através do sequestro de carbono.
- Gestão sustentável:**
 Gerir de forma sustentável, com a adoção de práticas resistentes ao clima, melhorando a gestão sem prejudicar a produtividade económica. Qualquer atividade de gestão sustentável, em especial as relacionadas com os ODS 12, 13 e 15, que oferecem oportunidades substanciais de adaptação.
- Ecoeficiência:**
 No sector agrícola, implica a obtenção de mais produtos utilizando menos recursos, sem comprometer a sua qualidade ou quantidade, através da utilização óptima de recursos como a água, o solo e a energia.

Tabela 02. Tipos de projetos e intervenções para o sector da agricultura

Tipos de projetos	Tipo de intervenção
<p>Promoção de sistemas agro-ecológica resiliente</p>	<p>Intervenções adaptativas e resistentes ao clima com o objetivo de reduzir os efeitos extremos das alterações climáticas na produtividade agrícola, promovendo simultaneamente sinergias de baixas emissões, sempre que possível e adequado. As intervenções em sistemas agro-ecológicos resilientes respondem diretamente aos principais riscos climáticos que uma região enfrenta e aos riscos específicos que estes representam para a produção agrícola, contribuindo simultaneamente para a construção de comunidades mais resistentes através de melhores sistemas e práticas agrícolas.</p>
<p>Gestão de riscos e serviços de consultoria climática</p>	<p>Acesso a informações importantes, como os boletins meteorológicos diários, os riscos climáticos futuros que enfrentam, as medidas que devem tomar face a esses riscos e os serviços de gestão de riscos que têm à sua disposição. Os serviços prestados ao abrigo desta via podem ajudar os agricultores a criar resistência às mudanças climáticas, a responder proactivamente aos riscos climáticos, a reduzir os custos de transação, a aumentar os padrões de produção e a reforçar o desenvolvimento das economias agrícola a nível local e nacional.</p>
<p>Reconfigurar os sistemas alimentares</p>	<p>Promove a transformação para sistemas alimentares do produtor ao consumidor que utilizam tecnologias e práticas resilientes e com baixas emissões para alimentar uma população em rápido crescimento.</p> <p>Tais como: a proibição da conversão de grandes reservas de carbono em terras agrícolas; mudanças para uma produção de fertilizantes energeticamente eficiente; a utilização de tecnologias, práticas agrícolas, fontes de energia e infra-estruturas agrícolas que reduzam as emissões e melhorem a resiliência aos riscos climáticos; reconfiguração das cadeias de abastecimento, retalho, comercialização e aprovisionamento; redução da perda e do desperdício de alimentos; mudança dos padrões de consumo para regimes alimentares mais saudáveis, com baixas emissões e respeitadores do ambiente; e reforço da resiliência da cadeia de abastecimento através de instalações de armazenamento confiáveis.</p> <p>Os sistemas alimentares resistentes às mudanças climáticas permitem a coerência e a capacidade de adaptação em termos de colheita, transporte, transformação, armazenamento e distribuição de produtos e factores de produção agrícolas. Promovem a segurança alimentar nacional, apoiam as empresas agro-alimentares nacionais e internacionais e asseguram que os sistemas alimentares são sustentáveis, não recorrem ao desmatamento e incluem todos os intervenientes na cadeia de valor.</p>

Fuente: Elaboración propia con información de Green Climate Fund



Os critérios de investimento aplicáveis ao sector agrícola

Tabela 03. Critérios aplicáveis ao setor agrícola

Critérios de investimento	Impactos
<p>Impacto</p> <p>Quais são os impactos prováveis e mensuráveis das ações previstas? Qual é o número de beneficiários, que ganhos serão obtidos e como é que as medidas de atenuação conduzem às medidas de adaptação? e as vias de desenvolvimento sustentável com baixas emissões para reforçar o desenvolvimento sustentável resiliente às mudanças climáticas?</p>	<p>Mitigação: Toneladas de CO2 equivalente capturadas e emissões reduzidas; alteração nos hectares limpos ou queimados; áreas e agricultores que adoptam sementes, práticas, tecnologias, terras irrigadas, novas raças de animais, peixes ou culturas resilientes.</p> <p>Adaptação: agricultores vulneráveis abrangidos; área coberta por sistemas de alerta precoce; número de beneficiários de seguros, poupanças e empréstimos; novo número de empresas emergentes; número de agregados familiares em situação de insegurança alimentar com acesso a programas sociais/rede de segurança.</p> <p>Incentivos inovadores e flexíveis para a adoção de práticas resistentes ao clima nos sistemas alimentares; toneladas produzidas que obtêm certificação de qualidade e sustentabilidade; emprego em novas cadeias de abastecimento; melhores resultados nutricionais; redução da perda e do desperdício de alimentos.</p> <p>Projeções e informações de base sobre o clima, bem como o estado atual da produção, o desbravamento e a degradação das terras, os agregados familiares e os agricultores beneficiários e a sua segurança alimentar, e os impactos climáticos sentidos por estes agricultores.</p> <p>Incluiria também os impactos potenciais do projeto sobre os rendimentos, as reduções de emissões, a resiliência das famílias e a segurança alimentar previstas, a estabilidade da agroecologia e quaisquer co-benefícios adicionais, que poderiam incluir a criação de novos postos de trabalho, a produção ou venda de alimentos em mercados locais ou distantes, o enriquecimento das cadeias de valor, a desflorestação evitada, a melhoria dos resultados nutricionais e a redução de perda e desperdício de alimentos.</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund



**Tabela 03.** Critérios aplicáveis ao sector agrícola

Critérios de investimento	Impactos
<p>Mudança de paradigma</p> <p>Como é que as ações promovem mudanças de paradigma duradouras?</p> <p>Que oportunidades existem para adquirir conhecimentos, aprender e melhorar as políticas, os quadros, as estratégias e os ambientes propícios nacionais?</p>	<p>O acesso a novas informações e tecnologias (por exemplo, plataformas digitais) e serviços (financeiros e de seguros) altera as modalidades de plantação, colheita, armazenamento ou transporte ou atenua os riscos.</p> <p>Colaboração a nível local, nacional e internacional, combinada com ações de apoio e planos claros para implementar a mudança. São necessárias parcerias genuínas para a realização de projectos transformadores.</p>
<p>Desenvolvimento sustentável</p> <p>Como é que as ações se alinham com as prioridades nacionais dos ODS? Quais são os co-benefícios esperados para o ambiente, a sociedade, o género e a economia?</p>	<p>Benefícios ambientais: melhoria do rendimento, redução das emissões, resistência das famílias e segurança alimentar previstas, estabilidade da agro-ecologia</p> <p>Benefícios sociais: Apoio à segurança alimentar, evitando práticas agrícolas que conduzam à erosão e à sedimentação.</p> <p>Benefícios económicos: Esperam-se efeitos económicos positivos, como a criação de emprego e a redução da pobreza, especialmente para as populações indígenas. Co-benefícios adicionais, que podem incluir a criação de novos empregos, a produção ou venda de alimentos em mercados locais ou distantes, o enriquecimento de cadeias de valor, etc.</p> <p>Impacto do desenvolvimento no género: Possibilidade de reduzir as desigualdades entre os géneros no que diz respeito aos impactos das mudanças climáticas ou à participação dos grupos de género na obtenção de resultados esperados.</p>
<p>Necessidades dos beneficiários</p> <p>Como é que apoiam o desenvolvimento para responder aos riscos e impactes climáticos? Fontes alternativas de financiamento?</p>	<p>Vulnerabilidade do país: vulnerabilidade e desafios enfrentados pelos agricultores e pelos sistemas alimentares em resultado das mudanças climáticas.</p> <p>Grupos vulneráveis e aspectos de género: Foram incluídos grupos vulneráveis (mulheres, jovens, povos indígenas).</p> <p>Falta de acesso ou acesso muito limitado a fontes alternativas de financiamento; falta de financiamento acessível, falta de informação.</p> <p>Envolve os utilizadores de toda a cadeia de valor na identificação das melhorias necessárias na gestão dos recursos naturais, no mercado, na comercialização e na infraestruturas de transportes.</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund



Tabela 03. Critérios aplicáveis ao sector agrícola

Critérios de investimento	Impactos
<p>Propriedade nacional</p> <p>Alinhamento com as políticas nacionais (especialmente as NDC, os programas nacionais, os planos nacionais de adaptação, etc.). Apoiado por uma variedade de partes interessadas</p>	<p>Conformidade com os planos ou estratégias nacionais em matéria de clima, incluindo as prioridades definidas nas contribuições nacionalmente determinadas (NDC) ou nos planos nacionais de adaptação (PNA).</p> <p>Ter o conjunto certo de condições favoráveis ou planos claros para criar essas condições, e a eliminação dos obstáculos é indispensável para a abordagem multi-setoriais e trans-setoriais para melhorar o sector agrícola e a segurança alimentar.</p> <p>As principais partes interessadas compreendem e estão empenhadas em reorientar a forma como os alimentos são produzidos e consumidos no país. Existência de quadros políticos de apoio.</p>

Fonte: Elaboração própria com informações do Green Climate Fund

Uso do oleoduto

O oleoduto é uma ferramenta que liga e estima o impacto de ideias de projetos ou actividades com os critérios de avaliação utilizados por entidades ou agências que procuram financiar projetos climáticos.

Antes de iniciar a utilização, verificar se o projeto proposto apresenta as seguintes características:

- Satisfaz os critérios de investimento
- Está em conformidade com os tipos de projectos no sector agrícola

Resultados consolidados

A conduta identificará os critérios e a sua importância de acordo com cada um dos setores, incluindo o alinhamento com os critérios de investimento, o alinhamento com a política financeira, a ligação aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e o nível de risco para o GCF. Esta pontuação será determinada numa escala de **zero (0) a cinco (5) pontos**.

Zero (0) significa que o projeto ou a atividade proposta:

- NÃO tem relevância para a atenuação e adaptação às mudanças climáticas
- NÃO está vinculado aos ODS.
- NÃO está em conformidade com a política financeira
- Trata-se de um projeto considerado de risco para os financiadores

Cinco (5) significa que o projeto ou a atividade proposta:

- Tem relevância para a atenuação e adaptação às mudanças climáticas
- Está vinculado aos ODS.
- Está em conformidade com a política financeira
- Sem risco para os financiadores

Os valores entre **um (1) e dois (2)** revelam pouca probabilidade de obtenção de financiamento.

Valores entre **quatro (4) e cinco (5)** indicam que a proposta tem uma elevada probabilidade de obter financiamento climático.

Zero	Pouca ou nenhuma probabilidade de obter financiamento climático
Um	
Dois	Baixa probabilidade de obter financiamento climático
Três	
Quatro	Projeto de Ação Climática
Cinco	

Etapas a seguir para a implementação do oleoduto

Etapa 1:

Selecionar o setor

Deve selecionar o setor em que a OLEODUTO será utilizada: acesso à energia, agricultura ou silvicultura e utilização dos solos.

SELECIONE O SETOR

ACESSO À ENERGIA

FLORESTAS E USO DO SOLO

AGRICULTURA

Etapa 2:

Nome e objetivo do projeto

Indicar o nome do projeto e o objeto ou problema que o projeto pretende resolver ou atenuar.

NOME DO PROJETO

Programa estratégico agroflorestal para as aldeias das margens do rio Marañon

OBJETIVO DO PROJETO

Um programa que combina árvores ou arbustos com culturas agrícolas e/ou pecuária na mesma área. Esta prática pode aumentar a biodiversidade, conservar o solo e a água e aumentar a resiliência das explorações agrícolas, fornecendo serviços ecossistêmicos adicionais e diversificando os rendimentos dos agricultores

Etapa 03:

Caraterísticas do projeto

Indicar uma estimativa dos beneficiários diretos e indirectos, dos investimentos previstos e das reduções de emissões de gases de efeito de estufa, se for caso dis-so, bem como o período de execução e a vida útil do ativo.

As escalas de atenuação são definidas de acordo com as metodologias da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (CQNUMC)¹, tal como indicado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) e são:

- **Micro-escala:**
Menor a 20.000 tCO₂eq/año
- **Pequena escala:**
Entre 20.001 y 60.000 tCO₂eq/año
- **Grande escala:**
Mayor a 60.000 tCO₂eq/año

BENEFICIÁRIOS DO PROJETO			
Localização do projeto	Estado Acre/Brasil		
Beneficiários diretos	0 a 100 familias		
Beneficiários indirectos	> al 50.1% de la población del Municipio		
INVESTIMENTO E MITIGAÇÃO ESTIMADOS			
Investimento estimado	Euros	1	1.500.000
Emissões de GEE evitadas	tCO ₂ /ano		5.000
Custo por tCO ₂ reduzido	Euros/tCO ₂		30
IMPLEMENTAÇÃO E VIDA ÚTIL			
Implementação	anos		1
Vida útil	anos		10

Etapa 4:

Crítérios de investimento



Clique no formulário automático “Correspondência de critérios de investimento” para visualizar o seguinte ecrã:

Temos seis (6) valores a atribuir em cada um dos critérios de investimento, cada um dos quais tem subcritérios. Estes critérios devem ser pontuados numa escala de 0 a 5, em que 0 não tem impacto, nem positivo nem negativo, e 5 tem um impacto muito elevado.

0	Sem impacto, SEM efeitos positivos ou negativos
1	Impacto muito reduzido ou mínimo
2	Impacto reduzido ou mínimo
3	Impacto médio o parcial
4	Impacto elevado ou relevante
5	Impacto muito elevado

Para cada subcritério da área designada, preencher o valor adequado (um número inteiro da série 0, 1, 2, 3, 4 ou 5); caso contrário, o OLEODUTO rejeitará o valor com uma mensagem de erro o espaço previsto para o efeito é realçado a amarelo e delimitado a vermelho, como mostra a imagem de exemplo.

1. Ver: <https://cdm.unfccc.int/>

Critério de número	Critérios de Investimento	Subcritérios (para avaliação, consulte a explicação dos critérios e indicadores neste guia)	Subcritérios de avaliação		Valor entre 0 e 5	0 Sem impacto, SEM efeitos positivos ou negativos	1 Impacto muito baixo ou mínimo	2 Impacto baixo ou mínimo	3 Impacto médio ou parcial	4 Impacto alto ou relevante	5 Impacto muito alto	
			D=Sem impacto, 1=Muito baixo, 2=Baixo, 3=Médio, 4=Alto, 5=Muito alto									
1	Impacto potencial	Impacto de mitigação	50%	0	0	Busca-se a máxima mitigação ou redução de emissões	1	2	3	4	5	
		Critérios de adaptação	50%	2								Sua objetivo é apoiar a adaptação da população às mudanças climáticas, especialmente dos grupos vulneráveis.
2	Potencial de mudança de paradigma	Adequação em instrumentos de política pública (regulamento, legislação, Atuação de instrumentos privados/lojas mercados/finanças produtivas/financeiras)	30%	0	0	O projeto deve ter a capacidade de gerar mudanças em políticas públicas, regulamentações ou planejamento no país para maximizar a mitigação e a adaptação.	1	2	3	4	5	
			40%	3								O projeto deve ser capaz de atrair outros investidores e gerar interesse no mercado financeiro (bancos).
			40%	5								O projeto tem o objetivo de apoiar o uso de novas tecnologias, formas modernas de fazer negócios, formação e conhecimento para apoiar o país.
			40%	5								
3	Potencial de desenvolvimento sustentável	Benefícios econômicos	10%	0	0	Sua objetivo é apoiar os ODS 1, 2, 7, 8 y 9	1	2	3	4	5	
		Benefícios ambientais	25%	0								Sua objetivo é apoiar os ODS 11, 12, 13, 14 y 15
		Benefícios sociais	10%	5								Sua objetivo é apoiar os ODS 3, 4, 6, 7, 10, 12, 16 y 17
		Benefícios de gênero	25%	5								Sua objetivo é apoiar os ODS 5
4	Estratégia de saída	As atividades em andamento, o impacto e os resultados do projeto são mantidos a longo prazo	30%	4	4	O objetivo é que, uma vez implementado, o projeto seja sustentável a longo prazo, replicável e preserve o conhecimento dos participantes.	1	2	3	4	5	
			50%	5								Procura reduzir a vulnerabilidade e os desafios enfrentados pelos agricultores e pelos sistemas alimentares como resultado das mudanças climáticas.
4	Necessidades dos beneficiários	Alinhamento com as políticas nacionais (especialmente NDCs, Programas Nacionais, Planos Nacionais de Adaptação)	50%	5	5	Procura envolver os utilizadores ao longo de toda a cadeia de valor na identificação das melhores necessidades na gestão dos recursos naturais, no mercado, na comercialização e na infra-estrutura de transportes. Além de outras fontes de financiamento	1	2	3	4	5	
		Há interesse em fontes alternativas de financiamento	50%	3								Procuram-se condições facilitadoras ou planos claros para criar essas condições e a eliminação de obstáculos é essencial para abordagens multisetoriais e intersetoriais destinadas a melhorar o sector agrícola e a segurança alimentar.
5	Envolvimento nacional	Participação das partes interessadas (capacidade de implementação)	60%	5	5	Procuram-se condições facilitadoras ou planos claros para criar essas condições e a eliminação de obstáculos é essencial para abordagens multisetoriais e intersetoriais destinadas a melhorar o sector agrícola e a segurança alimentar.	1	2	3	4	5	
		Alinhamento com as NDCs	20%	3								Ele deve ser considerado nos planos de adaptação e controle ou mitigação de riscos climáticos.
		Acordo/compromisso do governo, da sociedade civil, das partes interessadas e dos grupos vulneráveis	20%	4								É necessário que as principais partes interessadas compreendam e estejam comprometidas com a reorientação da forma como os alimentos são produzidos e consumidos no país. Existência de estruturas de políticas de apoio.
			20%	4								
6	Eficiência e eficácia financeira	Potencial de salvaguarda financeira	15%	0	0	O objetivo é demonstrar que as atividades podem ser lucrativas e viáveis e que são baseadas em práticas recomendadas.	1	2	3	4	5	
		Estratégia financeira do projeto (capacidade de cofinanciamento)	35%	3								O objetivo é ter mecanismos de financiamento inovadores e opções de compartilhamento de custos, seja de agricultores locais ou do setor privado, seja de outros doadores ou investidores internacionais.
		Medidas transversais que favorecem sinergias entre setores	35%	3								Busca-se uma análise econômica sólida e bases de retorno financeiro com e sem o projeto, em diferentes cenários climáticos e de risco, para todos os setores.
		Custo por tonelada de CO2 reduzida	15%	0								Se busca o menor custo por tCO2 reduzida



Uma vez concluído, clique no botão no canto superior esquerdo, denominado “**voltar**”, para regressar ao **LEIAME** e continuar a introduzir dados.

Etapa 5:

Vínculo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



É crucial para os financiadores do clima que o projeto ou atividade esteja vinculado aos ODS, pelo que atribuiremos uma pontuação de zero (0) se não estiver vinculado e de um (1) se estiver vinculado a cada um dos 17 objetivos. Para que o projeto em consideração esteja vinculado a um ODS específico, deve cumprir a explicação ao lado de cada objetivo.

0	Não vinculado
1	Vinculado





Em caso de inserção de um valor diferente, a OLEODUTO emitirá uma mensagem de erro.

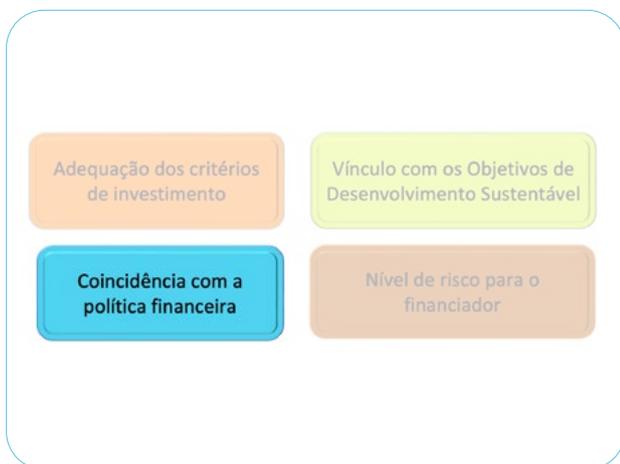
	Prioridades de desenvolvimento sustentável	Adaptação	Mitigação	Projeto 1	0	1	Económico	Ambientais	Sociais	Género
				Programa estratégico agroflorestal para as aldeias das margens do rio Marañon	Não vinculado	Vinculado	1, 2, 7, 8 y 9	11, 12, 13, 14, 15,	3, 4, 6, 10, 16 y 17	5
1	Luta contra a pobreza	X		1	Procurar erradicar a pobreza em todas as suas formas continua a ser um dos principais desafios que a humanidade enfrenta. Isto exige que se concentre nos mais vulneráveis, aumentando o acesso a recursos e serviços básicos e apoiando as comunidades afetadas por conflitos e catástrofes relacionadas com o clima.					
2	Combate à fome	X		1	Procura acabar com todas as formas de fome e desnutrição, garantindo o acesso de todas as pessoas, especialmente das crianças, a alimentos suficientes e nutritivos durante todo o ano. Envolve a promoção de práticas agrícolas sustentáveis com pequenos agricultores e a igualdade de acesso à terra, à tecnologia e aos mercados. Exige garantir o investimento nas infraestruturas e na tecnologia necessárias para melhorar a produtividade agrícola.					
3	Bem-estar para todos	X		1	Buscar cobertura universal de saúde. Tem em conta as crescentes desigualdades económicas e sociais, a rápida urbanização, as ameaças ao clima e ao ambiente, a luta continua contra o VIH e outras doenças infecciosas, e os novos problemas de saúde, como as doenças não transmissíveis.					
4	Educação de qualidade	X		1	Procura garantir que todas as raparigas e rapazes conclua o ensino primário e secundário gratuito até 2030. Visa também proporcionar igualdade de acesso à formação técnica a preços acessíveis e eliminar as disparidades de género e de rendimento, além de alcançar o acesso universal ao ensino superior de qualidade.					
5	Igualdade de género e oportunidades iguais	X		1	Procura garantir o acesso universal à saúde reprodutiva e sexual e conceder às mulheres direitos iguais no acesso aos recursos económicos, fontes de trabalho e o direito à propriedade de terras e outras propriedades. O empoderamento das mulheres e das raparigas tem um efeito multiplicador e ajuda a promover o crescimento económico e o desenvolvimento a nível mundial.					
6	Acesso a água potável e saneamento básico	X		0	Procura garantir água potável segura e acessível. Portanto, é necessário fazer investimentos adequados em infraestruturas, fornecer instalações sanitárias e incentivar práticas de higiene, serviços de saneamento geridos de forma segura (com excretas adequadamente eliminadas ou tratadas).					
7	Energia limpa e acessível	X	X	0	Busca investir para ampliar a infraestrutura e melhorar a tecnologia para ter energia limpa em todos os países em desenvolvimento, é um objetivo crucial que pode estimular o crescimento e ao mesmo tempo ajudar o meio ambiente, reduzindo assim a dependência de combustíveis fósseis.					
8	Trabalho decente e crescimento económico	X		0	Busca lograr empleo pleno, inclusivo, productivo y un trabajo decente para todos, fomentando políticas que estimulen el espíritu empresarial y la creación de empleo, así como las medidas eficaces para erradicar el trabajo forzoso, la esclavitud y el tráfico humano.					
9	Indústria, inovação e infraestrutura	X	X	0	Busca reducir la brecha digital para garantizar el acceso igualitario a la información, el conocimiento, y promover la innovación y el emprendimiento. Promoción de industrias sostenibles y la inversión en investigación e innovación científicas.					



Uma vez concluído, clique no botão no canto superior esquerdo, denominado “voltar”, para regressar ao LEIAME e continuar a introduzir dados.

Etapa 6:

Vínculo com a política financeira



A política financeira dos financiadores do clima procura assegurar que os projectos ou actividades sejam rentáveis, tenham financiamento em condições favoráveis ou subsídios mínimos, que outros financiadores mostrem interesse ou façam parte do projeto e que sejam eco-eficientes.

Se possível, deve procurar-se uma combinação de financiadores, regimes de financiamento novos e criativos, parcerias múltiplas e sistemas eco-eficientes, minimizando os custos de investimento.

Os projectos climáticos podem não estar em conformidade com as políticas financeiras, podem não ser rentáveis e exigir subsídios significativos, mas sendo eco-eficientes e financiados, o objetivo é diversificar o risco de crédito.

Os valores a introduzir são números inteiros de zero (0) a cinco (5), caso contrário, o OLEODUTO emite uma mensagem de erro.

Calificaciones cumplimientos	
Não conforme	0
Conformidade muito baixo	1
Conformidade mínima	2
Conformidade média	3
Conformidade elevada	4
Conformidade total	5

CUMPLIMIENTO CON POLÍTICA FINANCIERA	Critério de peso	Projeto 1
Mudança de paradigma	25%	4.00
Contabilidade de subsídios (grant)		
Financiamento concessional mínimo	20%	0.00
Combinação de instrumentos de financiamento	25%	0.00
Não há deslocamento de outros financiamentos	15%	0.00
Rentabilidade	15%	0.00
Subcritério de avaliação Mudança de paradigma e contabilidade de concessões	50%	0.50
Ecoeficiência		
Redução/otimização do uso de recursos (consumo) (*)		
Otimiza o consumo de matéria-prima	0%	
Otimiza o consumo de água	0%	
Otimiza o consumo de energia	0%	
Otimização do espaço usado pelo projeto (solo)	50%	4
Possibilidades de reciclagem e gerenciamento de resíduos.	40%	4
Maximiza o uso de recursos renováveis e não renováveis	10%	1
Subcritério de avaliação Ecoeficiência	50%	1.85
AVALIAÇÃO FINAL CRITÉRIO DE POLÍTICA FINANCEIRA		2.35

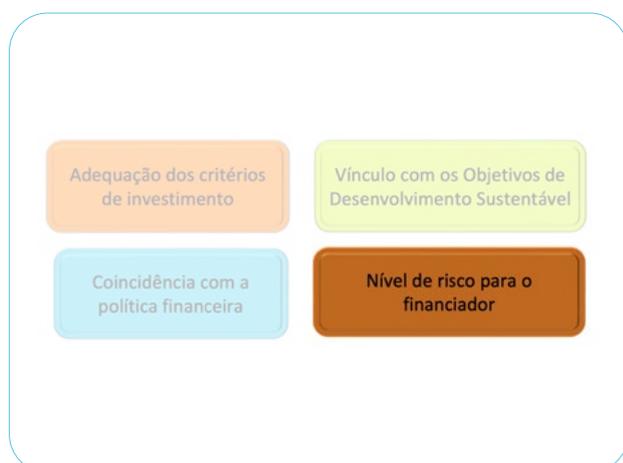
(*) Peso do critério = 0%, significa não aplicável.



Quando tivermos pontuado todos os critérios, clicamos no botão **“voltar”** no canto superior esquerdo e passamos aos riscos para o financiador.

Etapa 7:

Riscos operacionais para o financiador



Os financiadores do clima procuram conceder fundos de uma forma transparente e eficaz, pelo que é do seu interesse que o projeto não implique o seguinte para eles:

- **Risco reputacional:** Perceção adversa do projeto que põe em risco a sua reputação.
- **Risco de sanções:** Por acções ilegais relacionadas com o projeto, tais como embargos, branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, etc.
- **Riscos técnicos e operacionais:** Falha e falta de medição e monitoramento das emissões reduzidas (ER) e/ou falta de capacidade para implementar e **operar o projeto**.

A afetação ou classificação dos riscos é apresentada na tabela seguinte:

Probabilidade de ocorrência	Alta	Média = 3	Média alta = 2	Alta = 1
	Media	Média baixa = 4	Média 3	Média alta = 2
	Baixa	Baixo/Nenhum = 5	Média baixa = 4	Média = 3
		Baixa	Média	Alta
Impacto no projeto				

Passamos à classificação ou pontuação dos riscos para o financiador com valores entre zero (0) e cinco (5).

Fatores de risco e medidas de mitigação		
	Critério de peso	Projeto 1
Reputacional		30%
Sanções	30%	5
Técnicas e operacionais		
Falhas e falta de monitoramento de ER	20%	5
Falta de capacidade de implementação	20%	5
AVALIAÇÃO FINAL CRITÉRIO DE RISCO		5.0

Quando todos os critérios tiverem sido pontuados, clique no botão **“voltar”** no canto superior esquerdo para verificar a avaliação final.

Etapa 8:

Avaliação preliminar

Para uma melhor análise da ideia de projeto, a avaliação preliminar deve ser revista, a fim de verificar em pormenor o cumprimento dos critérios de investimento, bem como a sua ligação e apoio à realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Caraterísticas gerais da ideia de projeto: Esta informação permitir-nos-á estabelecer:

- Projeto Mitigação, adaptação ou ambos
- Número de beneficiários ou população beneficiária
- Investimentos, período de execução e duração

AVALIAÇÃO PRELIMINAR		
A ideia do projeto atende aos critérios de investimento e aos ODSs?		
Critérios		Resposta
Área de resultados do projeto		
Áreas de resultados del proyecto/programa.	Adaptação	Pessoas e comunidades mais vulneráveis, segurança hídrica e alimentar
Impacto na adaptação		
Beneficiários directos		0 a 100 familias
Beneficiários indirectos		> al 50.1% de la población del Municipio
Aspectos financeiros		
Investimento necessário	Euros	1.500.000
Custo por tCO2 reducido	Euros/tCO2	30
Cronograma estimado do projeto		
Implementação	anos	1
Tempo de vida	anos	10

Vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Esta avaliação procura estabelecer a ligação ou relação da ideia de projeto com o maior número possível de ODS, o que facilitaria o desenvolvimento da nota concetual ou do documento inicial exigido pelos financiadores do clima.

Coincidência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)		
O projeto está vinculado ou apóia a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas.	Luta contra a pobreza	Vinculado
	Combate à fome	Vinculado
	Bem-estar para todos	Vinculado
	Educação de qualidade	Vinculado
	Igualdade de gênero e oportunidades iguais	Vinculado
	Acesso a água potável e saneamento básico	NÃO vinculado
	Energia limpa e acessível	NÃO vinculado
	Trabalho decente e crescimento econômico	NÃO vinculado
	Indústria, inovação e	NÃO vinculado
	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.	Vinculado
	Cidades e comunidades sustentáveis	NÃO vinculado
	Produção e consumo	NÃO vinculado
	Ações climáticas	Vinculado
	Recursos marinhos	NÃO vinculado
	Vida dos ecossistemas terrestres	Vinculado
	Paz, justiça e instituições sólidas	Vinculado
Parceria para atingir os objetivos	NÃO vinculado	

Etapa 9:

Avaliação final

Na secção “Avaliação do projeto”, teremos uma pontuação entre 1 e 5. Uma pontuação elevada (superior a três) indica que o projeto tem grandes probabilidades de ser viável e de obter recursos rapidamente, enquanto uma pontuação baixa (inferior a três) indica o contrário.

AVALIAÇÃO DO PROJETO	% Importância	
Adequação dos critérios de investimento	30%	2.7
Coincidência com a política financeira	25%	2.4
Vinculação com os ODSs	30%	4.0
Nível de risco para o GCF	15%	5.0
Avaliação de cinco (5) pontos		3.4



Conclusões

O principal desafio que o sector agrícola e a segurança alimentar enfrentam é a necessidade de aumentar a quantidade e a qualidade da produção alimentar, reduzindo simultaneamente a sua pegada ambiental e atingindo estes objectivos no contexto das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade. Os princípios da ecoeficiência fornecem as ferramentas para superar o desafio de obter mais produtos com menos recursos, sem excluir a sua qualidade e quantidade.

Este guia fornece informações importantes sobre as opções de projectos de investimento para o financiamento da luta contra as mudanças climáticas, que devem ser implementadas para alcançar uma mudança de paradigma em que os sistemas alimentares e a produção agrícola se tornem mais inclusivos, sustentáveis e resistentes às mudanças climáticas. As actividades de atenuação no sector agrícola ajudarão a garantir sistemas alimentares e agrícolas mais limpos, o que contribuirá para o cumprimento dos objectivos de redução das emissões.

Em regiões onde a tecnologia é mais incipiente, os mercados são imaturos, os beneficiários são mais vulneráveis, é provável que existam mais fontes públicas e o financiamento climático é provavelmente mais concessional, os benefícios do projeto devem ser demonstrados para que isto se torne uma realidade. Este guia permitirá que os seus utilizadores dêem os primeiros passos, identificando os benefícios sociais e ambientais, mudando paradigmas e envolvendo as principais partes interessadas no sector da energia.



Bibliografía

- CAF. (2016). Salvaguardas Sociales y Ambientales.
- CAF. (2017). Lineamientos sobre Ambiente y Cambio Climático de CAF Dirección Corporativa de Ambiente y Cambio Climático.
- Comisión Europea. (2013). Cambio climático y degradación de los suelos en América Latina: escenarios, políticas y respuestas. Programa EUROCLIMA, Dirección General de Desarrollo y Cooperación - EuropeAid, Comisión Europea. Bruselas, Bélgica.
- GCF. (2019). Policy on Prohibited Practices.
- GCF. (2002). Interim environmental and social safeguards of the Fund [Performance standards of the International Finance Corporation].
- GCF. (2021). Environmental and Social Policy.
- GCF. (2021). Revised Environmental and Social Policy.
- GCF. (2022). Guía sectorial sobre agricultura y seguridad alimentaria.
- GCF. (2022). Sectoral Guides' summaries.
- GIZ. (2017). Guía de financiamiento climático para las entidades federativas en México.
- GIZ. (2021). Acción climática y alternativas de financiamiento.
- Gobierno de España. (2022). Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico: Estrategia Nacional de Lucha Contra la Desertificación.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2014). Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press.
- Intergovernmental Panel on Climate Change. (2021). Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge University Press. Retrieved from <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/>
- United Nations Framework Convention on Climate Change. (1992). United Nations Framework Convention on Climate Change. Retrieved from [https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf](https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf)

United Nations Framework Convention on Climate Change. (2011). Decision 1/CP.16 The Cancun Agreements: Outcome of the work of the Ad Hoc Working Group on Long-term Cooperative Action under the Convention. Retrieved from <https://unfccc.int/resource/docs/2010/cop16/eng/07a01.pdf>

United Nations Framework Convention on Climate Change. (2015). Paris Agreement. Retrieved from [https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf)

United Nations Convention to Combat Desertification. (1994). United Nations Convention to Combat Desertification in Those Countries Experiencing Serious Drought and/or Desertification, Particularly in Africa. Retrieved from <https://www.unccd.int/convention/text>

Anexo 1:

Instituições multilaterais de financiamento do clima

Organização	Programa/Hyperlink
Green Climate Fund (GCF)	Adaptação/Mitigação
Corporación Andina de Fomento (CAF)	Fundos verdes, fundo de adaptação, ação climática
European Investment Bank (EIB)	Climate Action
Inter-American Development Bank (IADB)	Programas múltiplos
International Bank for Reconstruction and Development (The World Bank)	<ul style="list-style-type: none">• Climate Change• Climate Investment Funds• Partnerships• Projects and Operations• Carbon Funds and Facilities
International Finance Corporation (IFC)	<ul style="list-style-type: none">• Clean Technologies• Sustainable Energy• Carbon Finance

Fonte: Green Climate Fund

Agências bilaterais de financiamento do clima

País	Programa/Hipervínculo
Austrália	<ul style="list-style-type: none"> Australian Aid Overview of Australia's assistance for climate change Climate change and environment initiatives
Austria	Austrian Development Cooperation (ADC)
Bélgica	Belgian Development Cooperation (Foreign Affairs, Foreign Trade and Development Cooperation)
Brasil	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, the Brazilian Development Bank)
Canadá	Canadian International Development Agency (CIDA)
Dinamarca	<ul style="list-style-type: none"> Danish Development Agency (DANIDA) Industrialization Fund for Developing Countries (IFU)
Comissão Europeia	<ul style="list-style-type: none"> Climate Action Global Climate Change Alliance
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs (climate change - global policy and cooperation)
França	<ul style="list-style-type: none"> Agence française de développement (Afd) Department for International Cooperation Fond Française pour l'Environnement Mondial (FFEM)
Alemanha	<ul style="list-style-type: none"> Federal Ministry for Economic Cooperation and Development (BMZ) Deutsche Gesellschaft fuer Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Kreditanstalt fuer Wiederaufbau (KfW) Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation and Nuclear Safety (BMU) International Climate Initiative
Grécia	Ministry of Foreign Affairs
Irlanda	Department of Foreign Affairs and Trade (Irish Aid)
Itália	Ministry of Foreign Affairs

País	Programa/Hipervínculo
Japão	<ul style="list-style-type: none"> • Ministry of Foreign Affairs (MOFA) • Japan Bank for International Cooperation (JBIC) • Japan International Cooperation Agency (JICA)
Luxemburgo	Lux-Development
Países Baixos	Netherlands Development Cooperation
Países Baixos	New Zealand Aid Programme (NZAID)
Noruega	<ul style="list-style-type: none"> • Ministry of Foreign Affairs (ODIN) • Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD)
Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Ministry of Foreign Affairs • Portuguese Cooperation Institute
Espanha	Ministerio de asuntos exteriores y de cooperación
Suécia	Swedish International Development Cooperation Agency (SIDA)
Suíça	<ul style="list-style-type: none"> • Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC) • State Secretariat for Economic Affairs (SECO)
Reino Unido	Department for International Development (DFID)
Estados Unidos	United States Agency for International Development (USAID)

Fonte: Green Climate Fund



Módulo de
Agricultura



Guia do Setor e Oleoduto “Agricultura”



Elaborado por:  libélula